



Prefeitura da Cidade do Recife – PCR

Concurso Público 2014 – 21.09.2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Analista de Controle Interno

Finanças Públicas

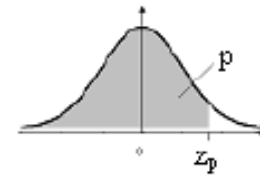
TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **oitenta questões objetivas**, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas das questões objetivas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente depois de decorrida **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **23/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00 do dia **24/09/2014** até as 23h59 do dia **25/09/2014**, observado o horário oficial do Recife-PE, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Atenção! A tabela a seguir refere-se às questões 11 e 14 de Estatística

Tabela I: Distribuição Normal Padrão Acumulada



Fornece $\Phi(z) = P(-\infty < Z \leq z)$, para todo z , de 0,01 em 0,01, desde $z = 0,00$ até $z = 3,59$
 A distribuição de Z é Normal(0;1)

z	0,00	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998

Obs.: Se $z < 0$, então $\Phi(z) = P(-\infty < Z \leq z) = 1 - \Phi(-z)$.

Língua Portuguesa

Texto 1

O perigo da intolerância religiosa

A tolerância religiosa no Brasil nunca foi pura e simplesmente uma medida imposta por decreto. É antes disso um aspecto cultural. Por um lado, foi preciso incluir na Constituição artigo resguardando a liberdade de culto e proteção contra a discriminação, porque tais garantias não seriam naturais; por outro, a convivência entre credos distintos foi facilitada pela formação do povo. A miscigenação e a intimidade entre a casa-grande e a senzala resultaram em mecanismos de acomodação, como o sincretismo que uniu religiões aparentemente tão diferentes quanto o catolicismo e o candomblé.

(O Globo, 17/8/2014)

01

O primeiro período do texto – *A tolerância religiosa no Brasil nunca foi pura e simplesmente uma medida imposta por decreto* – introduz uma opinião. Assinale-a.

- (A) As leis brasileiras possuem pouca força.
- (B) Fatores estranhos impediram a tolerância religiosa no Brasil.
- (C) A tolerância religiosa foi instaurada entre nós por força de lei.
- (D) A história brasileira criou condições para a tolerância religiosa.
- (E) O povo brasileiro se viu legalmente obrigado à tolerância.

02

“É antes disso um aspecto cultural.”

A expressão “antes disso” mostra valor semântico de

- (A) oposição.
- (B) tempo.
- (C) conclusão.
- (D) explicação.
- (E) modo.

03

“Por um lado, foi preciso incluir na Constituição artigo resguardando a liberdade de culto e proteção contra a discriminação, porque tais garantias não seriam naturais”.

Nesse segmento do texto há uma referência a um dos papéis da lei. Assinale-o.

- (A) Garantir naturalmente a aplicação de leis problemáticas.
- (B) Registrar e garantir oficialmente alguns princípios.
- (C) Combater os princípios naturais, nem sempre moralmente legais.
- (D) Tornar constitucionais certos princípios discriminadores.
- (E) Opor medidas morais a princípios imorais.

04

A frase abaixo que se encontra na voz passiva é:

- (A) “A tolerância religiosa no Brasil nunca foi pura e simplesmente uma medida imposta por decreto”.
- (B) “É antes disso um aspecto cultural”.
- (C) “Por um lado, foi preciso incluir na Constituição artigo resguardando a liberdade de culto e proteção contra a discriminação”.
- (D) “...por outro, a convivência entre credos distintos foi facilitada pela formação do povo”.
- (E) “A miscigenação e a intimidade entre a casa-grande e a senzala resultaram em mecanismos de acomodação”.

Texto 2

Jeffrey Archer, cujos livros sempre marcaram presença nas listas de *best-sellers* em todo o mundo, com mais de 250 milhões de exemplares vendidos em 97 países e mais de 37 línguas, já escreveu romances, contos e obras de não ficção que alcançaram o topo das vendas.

O autor estudou na Oxford University e durante cinco anos foi membro da Câmara dos Comuns, durante dezesseis, da Câmara dos Lordes, e por dois anos trabalhou no serviço penitenciário de Sua Majestade – o que inspirou muitas de suas histórias.

(Jeffrey Archer)

05

O texto acima está impresso na contracapa de um dos livros de Jeffrey Archer. Sua função, na situação em que se encontra, é

- (A) divulgar a vida e a obra do autor.
- (B) informar o leitor sobre o autor, ainda pouco conhecido.
- (C) fazer a publicidade do livro em que esse texto foi impresso.
- (D) valorizar as obras de literatura policial.
- (E) mostrar aspectos novos da literatura contemporânea.

06

“já escreveu romances, contos e obras de não ficção que alcançaram o topo das vendas”.

Essa frase do texto apresenta um problema de redação. Assinale-o.

- (A) O desrespeito a normas gramaticais.
- (B) A presença de uma ambiguidade.
- (C) Uma redundância desnecessária.
- (D) A mistura de variedades formais e informais.
- (E) O emprego de tempos verbais inadequados.

07

“...trabalhou no serviço penitenciário de Sua Majestade”.

O emprego da forma de tratamento *Sua Majestade* se justifica por

- (A) referir-se a uma pessoa ausente.
- (B) tratar-se de uma pessoa da nobreza.
- (C) ser o título empregado ao dirigir-se a uma rainha.
- (D) demonstrar respeito e admiração.
- (E) indicar distância entre classes sociais.

08

Ao dizer que o autor já escreveu romances, contos e obras de não ficção, o autor do texto possibilita uma série de inferências, **exceto** a de

- (A) considerar romances e contos como obras ficcionais.
- (B) estabelecer distinções entre romances e contos.
- (C) valorizar, predominantemente, as obras de não ficção.
- (D) demonstrar a qualificação do autor em textos variados.
- (E) indicar uma certa duração de tempo na atividade.

Estatística

09

A seguinte amostra de idades foi obtida:

19; 25; 39; 20; 16; 27; 40; 38; 28; 32; 30.

Assinale a opção que indica a mediana dessas idades.

- (A) 27
- (B) 28
- (C) 29
- (D) 30
- (E) 31

10

Uma variável aleatória X tem média igual a 2 e desvio padrão igual a 2. Se $Y = 6 - 2X$, então a média de Y , a variância de Y e o coeficiente de correlação entre X e Y valem, respectivamente,

- (A) -2 , 4 e 1.
- (B) -2 , 16 e 1.
- (C) 2, 16 e -1 .
- (D) 10, 2 e -1 .
- (E) 2, 4 e -1 .

11

Uma variável aleatória X é normalmente distribuída com média 12 e variância 4.

A probabilidade de que X seja maior do que 10 é igual a

- (A) 0,3085.
- (B) 0,3587.
- (C) 0,6915.
- (D) 0,8413.
- (E) 0,9772.

12

Numa regressão linear simples, obteve-se um coeficiente de correlação igual a 0,78. O coeficiente de determinação é aproximadamente igual a

- (A) 0,36.
- (B) 0,48.
- (C) 0,50.
- (D) 0,61.
- (E) 0,69.

13

Avalie se as seguintes propriedades de um estimador de um certo parâmetro são desejáveis:

- I. Ser não tendencioso para esse parâmetro.
- II. Ter variância grande.
- III. Ter erro quadrático médio grande.

Assinale:

- (A) se apenas a propriedade I estiver correta.
- (B) se apenas as propriedades I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as propriedades I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as propriedades II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as propriedades estiverem corretas.

14

Para estimar a proporção populacional p de eleitores favoráveis a certa candidatura, uma amostra aleatória simples de tamanho 1.600 foi observada e mostrou 800 eleitores favoráveis à referida candidatura.

Um intervalo de 95% de confiança para p é

- (A) (0,4602; 0,5398).
- (B) (0,4555; 0,5445).
- (C) (0,4620; 0,5380).
- (D) (0,4343; 0,5657).
- (E) (0,4755; 0,5245).

Controle Interno, Ética e Transparência no Serviço Público

15

Analise a relação de receitas a seguir.

1. Impostos e taxas.
2. Aluguéis.
3. Operações de crédito.
4. Alienação de bens.
5. Transferências do FUNDEB.
6. Amortização de empréstimos.

Assinale a opção que indica as que são classificadas como receitas correntes.

- (A) Somente 1, 2 e 5.
- (B) Somente 1, 2 e 3.
- (C) Somente 3, 4 e 5.
- (D) Somente 1, 4 e 6.
- (E) Somente 2, 3 e 6.

16

A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre os assuntos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) Critérios e formas de limitação de empenho.
- (C) Controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.
- (D) Normas para abertura de créditos adicionais ao orçamento.
- (E) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

17

Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- III. Frustrar a licitude de concurso público.

São atos que atentam contra princípios da Administração Pública

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente I e III.
- (D) somente II e III.
- (E) I, II e III.

18

De acordo com a Lei de Acesso à Informação do Município do Recife, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () As informações que coloquem em risco a vida, a segurança ou a saúde da população são passíveis de restrição de acesso.
- () As informações que coloquem em risco projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como áreas de interesse estratégico municipal, são passíveis de restrição de acesso.
- () As informações que coloquem em risco as operações estratégicas dos órgãos vinculados à proteção dos bens municipais, dos seus serviços e de suas instalações são passíveis de restrição de acesso.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e F.

19

Com relação à Comissão Central de Ética, prevista no Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo do Município do Recife, assinale a opção correta.

- (A) Ela deve apurar, exclusivamente mediante denúncia qualificada, fatos ou condutas de servidores, a fim de verificar a sua adequação às normas éticas pertinentes.
- (B) Ela deve fazer recomendações preferencialmente de forma individualizada, visando a orientar o servidor quanto à sua postura ética, em quaisquer situações.
- (C) Ela deve determinar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade a exoneração de ocupante de cargo de confiança.
- (D) Ela deve divulgar o Código de Ética e suas alterações, sem, contudo, colocá-lo em discussão ou propor revisão de suas normas.
- (E) Ela deve atuar como instância consultiva na aplicação do referido código.

20

De acordo com a Lei Municipal nº 17.866/2013, que disciplina o acesso às informações públicas e regulamenta as restrições às informações sigilosas no âmbito do Poder Executivo Municipal do Recife, assinale a opção correta.

- (A) Salvo os casos expressos em lei, todas as informações arquivadas pelo Poder Executivo são públicas.
- (B) A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas por órgãos ou entidades municipais, em sítios oficiais da rede mundial de computadores, é facultativa.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, o acesso às informações arquivadas pelo Poder Executivo será restrito aos interessados.
- (D) O Município não poderá cobrar o custo dos materiais utilizados para o fornecimento das informações ao interessado, nem vincular o fornecimento à comprovação de prévio pagamento.
- (E) O direito à segurança, à intimidade ou à vida privada não pode servir como pretexto para criar obstáculos à divulgação de informações classificadas por órgãos de entidades municipais como de interesse coletivo ou geral.

21

De acordo com a Lei nº 17.866/2013 (Lei de Acesso às Informações do Município do Recife), a classificação do sigilo de informações no grau de ultrassecreto cabe, exclusivamente

- (A) ao prefeito.
- (B) ao prefeito e ao vice-prefeito.
- (C) ao prefeito, ao vice-prefeito e aos secretários municipais.
- (D) ao prefeito, ao vice-prefeito, ao controlador geral do município e aos secretários municipais.
- (E) ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários municipais e aos presidentes de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

22

No caso de atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da administração pública, a Lei nº 8.429/92 impõe, como uma das suas cominações,

- (A) a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos.
- (B) a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.
- (C) a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.
- (D) a suspensão da função pública pelo prazo de até três anos.
- (E) o pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

Auditoria Governamental

23

De acordo com a NBC TA 200, o julgamento profissional é necessário para a tomada de decisões nos assuntos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) A subjetividade e as evidências de auditoria para cumprimento das metas de resultados operacionais e financeiros da empresa.
- (B) A natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria aplicados para o cumprimento das exigências das normas de auditoria e a coleta de evidências de auditoria.
- (C) As evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas ou se algo mais precisa ser feito para que sejam cumpridos os objetivos das NBC TAs.
- (D) A avaliação das opiniões da administração na aplicação da estrutura de relatório financeiro aplicável da entidade.
- (E) A extração de conclusões baseadas nas evidências de auditoria obtidas, por exemplo, pela avaliação da razoabilidade das estimativas feitas pela administração na elaboração das demonstrações contábeis.

24

De acordo com a NBC TA 300, o auditor, ao desenvolver o plano de auditoria, deve descrever

- (A) a avaliação da conformidade com os requisitos éticos, inclusive independência, conforme exigido pela NBC TA 220.
- (B) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria planejados no nível de afirmação, conforme previsto na NBC TA 330.
- (C) os procedimentos para entendimento dos termos do trabalho, conforme exigido pela NBC TA 210.
- (D) os processos para auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais.
- (E) as medidas para facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.

25

O sistema de controle de qualidade inclui políticas e procedimentos que tratam dos seguintes elementos:

- I. responsabilidades da liderança pela qualidade na firma;
- II. exigências éticas relevantes;
- III. aceitação e continuidade de relacionamentos com clientes e trabalhos específicos;
- IV. recursos humanos;
- V. execução do trabalho.

Assinale:

- (A) se somente os elementos III e V estiverem corretos.
- (B) se somente os elementos I e II estiverem corretos.
- (C) se somente os elementos II, III e IV estiverem corretos.
- (D) se somente os elementos III, IV e V estiverem corretos.
- (E) se todos os elementos estiverem corretos.

26

A respeito da amostragem de auditoria, analise os itens a seguir.

- I. O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho exigido da amostra.
- II. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- III. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.
- IV. O auditor deve selecionar itens para a amostragem, de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.

Assinale:

- (A) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.
- (C) se somente os itens I, III e IV estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

27

Para determinar o efeito do trabalho dos auditores internos na natureza, época ou extensão dos procedimentos da auditoria independente, o auditor independente deve considerar

- (A) a natureza e o alcance do trabalho específico executado, ou a ser executado, pelos auditores externos.
- (B) os riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações para classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações.
- (C) o grau de objetividade envolvido na avaliação da evidência de auditoria coletada pelos auditores internos como suporte para as afirmações irrelevantes.
- (D) a extensão e a utilização de um trabalho específico dos auditores internos em outras empresas.
- (E) a probabilidade do trabalho dos auditores internos ser adequado para os fins da auditoria de conformidade.

28

De acordo com a NBC TA 620, o especialista é necessário para ajudar o auditor nos assuntos relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) No entendimento da entidade e de seu ambiente, incluindo seus controles internos.
- (B) Na identificação e na avaliação dos riscos de distorção relevante.
- (C) Na definição e na execução de procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível de afirmação, que compreendem testes de controle ou procedimentos substantivos.
- (D) Na avaliação da suficiência e na adequação da evidência de auditoria obtida na formação de opinião sobre as demonstrações contábeis.
- (E) Na determinação e na implementação de respostas gerais às evidências avaliadas no nível dos relatórios.

Direito Administrativo

29

Acerca do Poder Hierárquico, assinale a opção correta.

- (A) Fundamenta a imposição de sanção disciplinar a agente público subordinado.
- (B) Permite a interposição de recurso hierárquico impróprio.
- (C) Fundamenta ato de avocação.
- (D) Permite a edição de ato normativo de estruturação de órgãos.
- (E) Permite a constrição de bens de particulares.

30

A Teoria dos Motivos Determinantes apregoa que

- (A) todo e qualquer ato administrativo demanda, sempre, motivação expressa.
- (B) o ato administrativo que contar com motivação expressa passa a ter sua validade aferida com base nesse motivo, além dos demais elementos de sua formação.
- (C) a motivação inválida de um ato administrativo não torna o próprio ato inválido.
- (D) o motivo de um ato administrativo não pode ser definido pela autoridade que o produziu, pois é determinado em lei.
- (E) não existe ato sem motivo expresso: é determinante, para a formação do ato administrativo, a descrição expressa de seu motivo.

31

Sobre a invalidação dos Atos Administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
- (B) A administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
- (C) A revogação do ato administrativo não impõe observância aos direitos adquiridos.
- (D) A anulação do ato administrativo não pode ser submetida à apreciação judicial.
- (E) A administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.

32

A Lei nº 8.666/93 prevê as modalidades de licitação listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Concorrência
- (B) Concurso
- (C) Leilão
- (D) Pregão
- (E) Convite

33

A criação de órgãos dentro da própria estrutura da Administração, denominados centros de competência, é exemplo de

- (A) descentralização.
- (B) estatização.
- (C) contrato de gestão.
- (D) desconcentração.
- (E) termo de parceria.

34

As opções a seguir apresentam exemplos de Entidade Paraestatal, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- (B) Organizações Sociais
- (C) Serviço Social da Indústria
- (D) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- (E) Agência Nacional de Saúde Suplementar

35

A prestação do serviço público pode ser direta ou indireta. É direta a prestação do serviço que é feita por um dos entes estatais, e indireta aquela feita mediante outorga a entidades da Administração Indireta ou delegação a particulares.

Assinale a opção que indica a hipótese de delegação de serviço público a particulares.

- (A) Fiscalização de trânsito por meio de radares eletrônicos.
- (B) Prestação de transporte público por empresa de ônibus.
- (C) Execução da prestação jurisdicional.
- (D) Atendimento médico permanente em postos de saúde.
- (E) Organização do serviço oficial de estatística.

36

Acerca da responsabilidade civil do Estado, a Constituição da República assevera que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, e dispõe que é assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de

- (A) dolo ou culpa.
- (B) dolo, somente.
- (C) culpa, somente.
- (D) ausência de culpa.
- (E) ausência de dolo.

Direito Constitucional

37

A Constituição Brasileira de 1988 elenca os princípios que o Brasil deverá observar no seu relacionamento com outros países.

As opções a seguir apresentam princípios constitucionais observados nas relações internacionais pelo nosso país, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Repúdio ao terrorismo
- (B) Prevalência dos direitos humanos
- (C) Autonomia nacional
- (D) Não intervenção
- (E) Concessão de asilo político

38

No que concerne à organização dos poderes disciplinada na Constituição Brasileira de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) Os representantes do povo são eleitos para a Câmara dos Deputados pelo sistema majoritário.
- (C) Os representantes dos Estados e do Distrito Federal são eleitos, pelo sistema proporcional, para o Senado Federal.
- (D) Cada legislatura terá duração de quatro anos, sendo os Deputados Federais eleitos para mandato de 4 anos e os Senadores, para mandato de 8 anos.
- (E) A representação por Estado na Câmara dos Deputados não poderá ser inferior a 3 Deputados e nem superior a 55 Deputados.

39

Acerca das disposições da Constituição Brasileira de 1988 quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete ao Tribunal de Contas da União, dentre outras atribuições, realizar, por iniciativa própria, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.
- (B) Devem prestar contas as pessoas físicas e apenas as pessoas jurídicas de direito público que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda.
- (C) As decisões do Tribunal de Contas da União, quando resultarem na imputação de débito, deverão ser levadas ao Judiciário para que sejam revestidas de executividade, enquanto as decisões que resultem na aplicação de multas terão eficácia de título executivo.
- (D) Não poderá o Tribunal de Contas da União, em hipótese nenhuma, sustar a execução de ato impugnado.
- (E) Os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante da relevância das suas atividades, terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

40

No que concerne à disciplina constitucional do Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- (A) Advindo lei complementar instituindo regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será tal regime obrigatório para os contribuintes, frente ao interesse da coletividade da máxima arrecadação.
- (B) Uma lei ordinária, de acordo com a Constituição de 1988, poderá criar taxa, a qual não poderá ter base de cálculo própria de impostos, e dispor sobre os prazos de prescrição e decadência deste tributo.
- (C) Todos os serviços públicos gerais ou individuais são remunerados pela cobrança de taxas.
- (D) A União mediante lei ordinária poderá instituir empréstimos compulsórios.
- (E) Os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados observando a capacidade contributiva.

41

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedado instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- (B) É vedado ao Estado instituir empréstimos compulsórios.
- (C) É possível utilizar tributo com efeito de confisco, desde que previsto em lei.
- (D) É vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas, mas não de bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, incluindo, mas não se limitando a, cobrança de pedágio pela utilização das vias sob conservação do Poder Público.
- (E) É possível instituir impostos sobre o patrimônio dos partidos políticos, mas não sobre o das entidades sindicais de trabalhadores.

42

Quanto ao regramento constitucional sobre o orçamento, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, assim como para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) À lei ordinária cabe dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (D) A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Direito Financeiro

43

Em outubro de 2008, o percentual de transferência feito pela União ao município W de montante referente ao repasse do fundo de participação dos municípios daquele mesmo ano sofre redução do percentual do coeficiente de verbas estabelecido pelo TCU, em decisão normativa publicada em veículo oficial de circulação nacional, em setembro de 2008.

É correto afirmar que a alteração do percentual de repasse do fundo já citado na situação descrita viola o seguinte princípio orçamentário:

- (A) anterioridade nonagesimal.
- (B) publicidade.
- (C) vedação ao confisco.
- (D) anualidade.
- (E) equilíbrio orçamentário.

44

A respeito das disposições constitucionais que tratam das finanças públicas, assinale V para a assertiva verdadeira e F para a assertiva falsa.

- () A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, inclusive quanto à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- () A lei orçamentária anual deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- () Os recursos que ficarem sem despesas correspondentes, em razão de veto do projeto de lei orçamentária anual, poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, conforme o caso, desde que com prévia e específica autorização legislativa.
- () É permitida a vinculação das receitas próprias, geradas pelos impostos municipais e pela arrecadação do Imposto de Renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos pelos municípios e suas autarquias, para a prestação de garantia ou contragarantia à União.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V, V e F.
- (B) F, V, V e V.
- (C) V, F, V e F.
- (D) V, F, F e F.
- (E) V, V, F e V.

45

A respeito da classificação das receitas públicas e da distinção existente entre taxa e preço público, analise as afirmativas a seguir.

- I. As receitas originárias são provenientes da exploração de bens e direitos de titularidade do Estado e são cobradas por meio da inscrição do crédito na dívida ativa do ente estatal.
- II. Preço público é prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- III. O serviço público tem que ser efetivamente prestado ao contribuinte para que seja devida a cobrança de taxa; indevido o tributo quando, posto à disposição ao contribuinte, o serviço não for utilizado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

46

Analise o fragmento a seguir.

“A despesa pública é o conjunto de gastos do Estado voltado para o _____ das atividades públicas. Conforme disposição constitucional, é vedado o início de programas ou projetos não incluídos em lei _____. Toda despesa tem que ser autorizada pelo Poder _____, que se dá por duas formas: Lei Orçamentária _____, que discrimina as receitas e despesas e diz onde o dinheiro será gasto, ou por meio de concessão de _____.”

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) financiamento – ordinária – Executivo – plurianual – débitos
- (B) custo – complementar – Legislativo – anual – créditos
- (C) gasto – orçamentária – Executivo – quinquenal – bônus
- (D) custo – provisória – Legislativo – semestral – débitos
- (E) financiamento – orçamentária – Legislativo – anual – créditos

47

Com base nas etapas formais que configuram o procedimento para a realização das despesas, o ato proveniente de autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não o implemento de condição, é chamado de

- (A) liquidação.
- (B) ordem de pagamento.
- (C) empenho.
- (D) pagamento.
- (E) licitação.

48

Analise o fragmento a seguir.

“Dívida pública consolidada ou _____ é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações _____ do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, _____ ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a _____ meses”.

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) tributária – fiscais – acordos – dez
- (B) fundada – financeiras – convênios – doze
- (C) flutuante – reais – empréstimos – doze
- (D) contratual – afiançadas – convenções – dez
- (E) ativa – consolidadas – debêntures – dezoito

49

Com relação ao sistema de pagamento dos precatórios consagrado em nosso ordenamento jurídico, relacione as hipóteses de requisição aos enunciados propostos.

1. Requisições em virtude de condenação judicial para pagamento de salários.
 2. Requisições decorrentes de condenação judicial do pagamento para viabilizar tratamento de enfermidade.
 3. Requisição para pagamento de crédito relativo a montante definido em lei como de pequeno valor.
 4. Requisição de pagamentos de créditos de natureza comum, pela sistemática dos precatórios.
- () Não observa as disposições reservadas ao sistema de precatórios.
- () É dada ordem de preferência ao seu pagamento, em detrimento dos créditos ordinários.
- () O pagamento respeita a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, que é excepcionada pelos créditos que detêm natureza preferencial.
- () É dada a mesma ordem de prioridade ao seu pagamento que é reservada para às dívidas alimentares titularizadas por idosos.

Assinale a opção que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4
- (B) 1 – 2 – 3 – 4
- (C) 4 – 3 – 1 – 2
- (D) 3 – 2 – 4 – 1
- (E) 3 – 1 – 4 – 2

50

Com base na classificação legal reservada às despesas públicas, considere as afirmativas a seguir.

- I. As despesas de custeio são as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, como é o caso dos gastos com salário-família e abono familiar.
- II. A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização é uma dotação orçamentária que está classificada entre as hipóteses de inversões financeiras.
- III. As subvenções se dividem em subvenções sociais e econômicas, sendo que ambas são transferências que se destinam a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

51

O Sr. J. Silva é nomeado para a Secretaria Municipal de Obras e pretende realizar determinada ação governamental que representaria impacto orçamentário por implicar aumento de despesa. O secretário está inseguro a respeito do correto procedimento orçamentário-financeiro que abrange a política pública que almeja implementar.

Nesse sentido, assinale a opção correta.

- (A) O aperfeiçoamento de ação governamental já existente que acarrete aumento de despesas dispensa estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, bastando constar nos dois subsequentes.
- (B) A criação de ação governamental, ainda que não acarrete aumento de despesas, demanda estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois anos subsequentes.
- (C) A expansão de ação governamental, ainda que não acarrete aumento de despesas, dispensa estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, mas demanda a previsão no exercício financeiro subsequente.
- (D) O aperfeiçoamento de ação governamental já existente que acarrete aumento de despesas, demanda estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (E) A criação de ação governamental que acarrete aumento de despesas demanda estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, dispensada tal previsão quanto aos dois anos subsequentes.

52

Dirigente de Sociedade de Economia Mista que explora o serviço de coleta de lixo no município Zeta, sem Tribunal de Contas instalado em sua estrutura administrativa, realiza contratação de pessoal para atuar em seus quadros, que extrapola a previsão orçamentária reservada para determinado exercício financeiro e sem realizar concurso público de provas e títulos.

Com relação ao controle e fiscalização a ser exercido na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sociedade de Economia Mista integrante da administração indireta municipal prescinde da fiscalização e do controle de suas contas, uma vez que seus servidores se submetem ao regime celetista.
- (B) Sociedade de Economia Mista integrante da administração direta municipal sofre apenas a fiscalização e o controle da Câmara Municipal, já que não há tribunal específico para julgar as suas contas instalado em sua estrutura administrativa.
- (C) Sociedade de Economia Mista integrante da administração direta municipal prescinde da fiscalização e do controle de suas contas por qualquer esfera de poder até que seja instalado um Tribunal de Contas municipal para atender os seus domínios.
- (D) Sociedade de Economia Mista está sujeita à fiscalização e ao controle do TCE, que tem por missão auxiliar o poder legislativo municipal no controle externo das contas do Município e das entidades das administrações direta e indireta municipais.
- (E) Sociedade de Economia Mista está sujeita à fiscalização e ao controle do Poder Judiciário Estadual e do TCE, posto serem os órgãos investidos de competência jurisdicional para julgar contas do Município e das entidades das administrações direta e indireta municipais.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Tributário e de Direito do Trabalho

53

Quando a alíquota de determinado imposto cresce na medida em que aumenta a base de cálculo em que incidir a exação em questão, estar-se-á diante da aplicação do

- (A) Princípio da Seletividade.
- (B) Princípio da Proporcionalidade.
- (C) Princípio da Razoabilidade.
- (D) Princípio da Regressividade.
- (E) Princípio da Progressividade.

54

Com relação às limitações ao poder de tributar, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A imunidade é regra de exclusão legal da competência tributária.
- () A imunidade é aplicável apenas aos tributos não vinculados.
- () A imunidade recíproca é extensiva às autarquias federais, estaduais e municipais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e F.
- (C) F, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) F, V e V.

55

Antônio Luiz, dono de uma loja que explora o serviço de locação de automóveis situada no município X, recebe autuação fiscal da Fazenda Municipal por débito pendente com relação ao ISS sobre a atividade principal desenvolvida no estabelecimento comercial.

Com base no caso descrito, é correto afirmar que o ISS

- (A) é devido, pois a locação de automóvel revela uma obrigação de fazer passível de tributação.
- (B) é devido, pois o serviço prestado consta da lista da Lei Complementar que dispõe sobre o ISS.
- (C) não é devido, pois a locação de automóveis não é serviço, pois não consiste em uma obrigação de fazer.
- (D) não é devido, uma vez que a locação de carros é atividade tributada pelo ICMS, em função da circulação da mercadoria.
- (E) é devido, pois a atividade exercida pelo estabelecimento não está expressamente excluída da lista da Lei Complementar que dispõe sobre o ISS.

56

Analise o fragmento a seguir.

“Presume-se fraudulenta a _____ ou oneração de bens ou _____, ou seu começo, por sujeito _____ em débito para com a Fazenda Pública, por crédito _____ regularmente inscrito como dívida ativa.”

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) sujeição – renda – incapaz – financeiro
- (B) alienação – renda – passivo – tributário
- (C) aquisição – direitos – ativo – fiscal
- (D) locação – serviços – incapaz – mercantil
- (E) doação – vantagens – emancipado – bancário

57

A respeito das causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede a realização do seu lançamento.
- II. O pagamento parcial de um crédito tributário importa na presunção do pagamento das demais parcelas em que se decomponham a obrigação.
- III. A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das demais obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

58

A CLT, em seu artigo 3º, elenca os requisitos necessários para que alguém possa ser caracterizado empregado.

Assinale a opção que indica o requisito que é irrelevante para que alguém possa ser qualificado, legalmente, como empregado.

- (A) Salário
- (B) Exclusividade
- (C) Ser pessoa física
- (D) Pessoaalidade
- (E) Subordinação

59

Um supermercado resolveu terceirizar a atividade de limpeza nas suas filiais, contratando uma empresa especializada para tal fim. Essa empresa especializada alocou seus empregados nas diversas filiais, juntamente com um supervisor, que tinha por tarefa dar as ordens aos empregados e saber, junto aos gerentes e gestores do supermercado, se o serviço terceirizado estava sendo realizado satisfatoriamente. Ocorre que os auxiliares de limpeza da empresa contratada não receberam 13º salário, horas extras e férias.

Caso haja reclamação trabalhista julgada procedente contra a empresa prestadora e o supermercado tomador dos serviços, de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a opção correta.

- (A) O supermercado será responsabilizado de forma solidária, de modo que a execução poderá ser feita em face dele ou da empresa prestadora dos serviços, indistintamente.
- (B) Não haverá qualquer responsabilidade do supermercado, porque a terceirização, na hipótese, é lícita, na medida em que limpeza não é considerada atividade-fim naquele empreendimento.
- (C) A empresa tomadora dos serviços, seja pública ou privada, não tem responsabilidade, daí porque o supermercado será absolvido.
- (D) Haverá responsabilidade subsidiária do supermercado, e, caso a empresa prestadora de serviços não tenha patrimônio, a execução será redirecionada contra o tomador dos serviços.
- (E) Tratando-se a limpeza de atividade-meio, não poderia ser terceirizada, de modo que o supermercado será considerado empregador e arcará com todas as obrigações.

60

Assinale a opção que indica uma característica do contrato de emprego.

- (A) É sinalgmático.
- (B) É gratuito.
- (C) É real.
- (D) É instantâneo.
- (E) Não possui alteridade.

61

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica a categoria de trabalhador que tem assegurada os mesmos direitos destinados ao empregado regido pela CLT.

- (A) Trabalhador eventual
- (B) Trabalhador autônomo
- (C) Representante comercial
- (D) Empreiteiro pessoa física
- (E) Trabalhador avulso

62

O Município do Recife contratou, por meio de licitação, uma empresa de engenharia e construção para edificar uma pequena creche municipal. A obra demorou três meses, mas os serventes e pedreiros que nela atuaram pela empresa contratada não tiveram a CTPS assinada nem receberam os direitos devidos pela ruptura do contrato.

Nessa hipótese, de acordo com o entendimento consolidado do TST, caso haja reclamação trabalhista contra a empresa prestadora e o Município, postulando os direitos não honrados,

- (A) o Município não será condenado, pois figura na relação como dono da obra.
- (B) haverá responsabilidade subsidiária do Município em razão da prestação de serviços.
- (C) somente haverá responsabilidade do Município se houver prova da ausência de fiscalização do contrato.
- (D) considerando-se que a contratação foi irregular, poderia haver declaração de vínculo empregatício com o Município.
- (E) o Município será condenado solidariamente nas obrigações, mas poderá se valer de direito regressivo contra a empresa de engenharia.

Contabilidade Geral

63

Determinada entidade foi acionada na justiça por um antigo funcionário e efetuou um depósito judicial de R\$ 300.000,00. Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é possível.

Nesse caso, o tratamento contábil adotado pela entidade deve ser

- (A) não constituir provisão para contingências, mas evidenciar o fato em notas explicativas, pois a perda foi julgada possível.
- (B) constituir provisão para contingências e evidenciar o fato em notas explicativas, pois a perda foi julgada possível.
- (C) constituir provisão para contingências e evidenciar o fato em notas explicativas, pois foi feito um depósito judicial.
- (D) constituir provisão para contingências e evidenciar o fato em notas explicativas, pois a perda foi considerada de valor material.
- (E) constituir provisão para contingências, mas não evidenciar o fato em notas explicativas, pois foi feito um depósito judicial.

64

O princípio contábil definido pela Resolução CFC nº 750/93, que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, é o Princípio da

- (A) Continuidade.
- (B) Competência.
- (C) Entidade.
- (D) Prudência.
- (E) Oportunidade.

65

As opções a seguir apresentam objetivos da Contabilidade, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A medição dos recursos que determinada entidade possui.
- (B) A evidenciação dos direitos e interesses de uma entidade.
- (C) A medição das variações ocorridas nos recursos, direitos e interesses.
- (D) A administração dos recursos escassos, buscando compatibilizá-la com as necessidades da sociedade.
- (E) O fornecimento de um conjunto básico de informações a diferentes usuários.

66

Um clube cobrava uma anuidade de R\$ 2.400,00. Ele foi inaugurado em março de 2004, sendo que não possuía sócios antes dessa data. Em 01 de março, ele foi procurado por setenta candidatos a associados. Destes, quarenta se tornaram sócios em março, vinte em abril e dez em maio. O pagamento da anuidade é feito no mês em que a pessoa se torna sócia e os benefícios podem ser usufruídos a partir do mês seguinte do pagamento.

De acordo com o Regime de Competência, a receita reconhecida pelo clube em maio de 2004 foi de

- (A) R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 4.000,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 14.000,00.
- (E) R\$ 24.000,00.

67

Determinada empresa possuía, em 31/12/2013, instrumentos financeiros avaliados em R\$ 200.000,00 e classificados como disponíveis para a venda. Na data, foi verificado que o valor justo destes era de R\$ 180.000,00.

A variação deve ser reconhecida, contabilmente, como

- (A) ajuste no patrimônio líquido.
- (B) receita financeira.
- (C) receita a apropriar.
- (D) variação monetária.
- (E) despesa.

68

Em 01/03/2010, uma entidade adquiriu um carro para entregas por R\$ 50.000,00. Na data, a entidade esperava utilizar o carro por cinco anos e, ao final destes, vendê-lo por R\$ 20.000,00.

Em 31/12/2013, a entidade decidiu colocar o carro à venda, transferindo-o para a conta Ativo Não Circulante Mantido para a Venda, uma vez que passou a fazer suas entregas de moto. O valor justo do carro nessa data era de R\$ 23.000,00.

No balanço patrimonial de 31/12/2013 desta entidade, o carro deve ser reconhecido por

- (A) R\$ 11.666,67.
- (B) R\$ 20.000,00.
- (C) R\$ 23.000,00.
- (D) R\$ 26.000,00.
- (E) R\$ 27.000,00.

69

Conforme a opção do Pronunciamento CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Cia. B irá apresentar sua Demonstração do Resultado do Exercício pelo método da natureza da despesa.

Assinale a opção que inclui apenas gastos por natureza.

- (A) Despesas comerciais e despesas operacionais.
- (B) Despesas de depreciação e despesas de propaganda.
- (C) Despesas operacionais e despesas de transporte.
- (D) Despesas comerciais e custos dos produtos vendidos.
- (E) Imposto sobre a renda e contribuição social e custos dos produtos vendidos.

70

Em relação à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser evidenciada como parte do Balanço Patrimonial.
- (B) Tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07.
- (C) Considera como ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou de estimativa.
- (D) Os ajustes evidenciados trazem mudanças no resultado do exercício a que se referem.
- (E) Deve indicar o montante do dividendo por ação do capital social.

Contabilidade Pública

71

O princípio contábil que pode representar garantia de inexistência de valores fictícios do ativo e de interesse de grupos de pessoas, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, é o Princípio da

- (A) Continuidade.
- (B) Competência.
- (C) Oportunidade.
- (D) Entidade.
- (E) Prudência.

72

Em relação aos elementos demonstrados no Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei nº 4.320/64, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas, cujo pagamento depende de autorização orçamentária.
- (B) O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras dívidas cuja amortização ou resgate independem de autorização legislativa.
- (C) O Ativo Financeiro compreende apenas os créditos e valores realizáveis com autorização orçamentária.
- (D) O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- (E) Nas contas de compensação são registrados apenas os bens, valores e obrigações que afetam diretamente o patrimônio.

73

O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações é denominado

- (A) Ativo Público.
- (B) Passivo Público.
- (C) Patrimônio Público.
- (D) Patrimônio Líquido.
- (E) Sistema Contábil.

74

A característica do registro e da informação contábil no setor público segundo a qual o registro deve representar a realidade dos fenômenos patrimoniais em função de critérios técnicos contábeis preestabelecidos em normas ou com base em procedimentos adequados, sem que incidam preferências individuais que provoquem distorções na informação produzida, é a

- (A) objetividade.
- (B) fidedignidade.
- (C) integridade.
- (D) imparcialidade.
- (E) representatividade.

75

Em relação ao reconhecimento e às bases de mensuração aplicáveis à Contabilidade Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) As transações no setor público devem ser reconhecidas conforme a entrada e a saída de dinheiro em caixa.
- (B) Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.
- (C) Os registros contábeis devem ser realizados, e os seus efeitos, evidenciados nas demonstrações contábeis, conforme a execução orçamentária.
- (D) Na ausência de norma contábil aplicada ao setor público, devem-se utilizar prioritariamente as normas internacionais que tratem de tema similar.
- (E) Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados com prevalência da forma jurídica.

76

Em 01/04/2013, uma entidade adquiriu uma máquina para utilizar em suas atividades por R\$ 300.000,00. A administração da entidade estima permanecer com a máquina por cinco anos, durante os quais espera que ela seja capaz de produzir 100.000 unidades. Depois disso, a entidade espera vender a máquina por R\$ 60.000,00. Em 2013, a entidade produziu 18.000 unidades com essa máquina.

Dado que a entidade deprecia seus ativos conforme o método das unidades produzidas, de acordo com a NBTC 16.9, a despesa de depreciação em relação à máquina foi, em 2013, de

- (A) R\$ 54.000,00.
- (B) R\$ 48.000,00.
- (C) R\$ 43.200,00.
- (D) R\$ 45.000,00.
- (E) R\$ 36.000,00.

77

Uma entidade recebeu, como doação, um prédio que não será utilizado em sua atividade operacional.

Assinale a opção que indica o procedimento que a entidade deverá dotar em relação a esse prédio.

- (A) Deverá ser contabilizado como ativo circulante.
- (B) Deverá ser avaliado pelo valor contábil registrado na entidade doadora.
- (C) Deverá ser avaliado pelo valor de venda na data da doação.
- (D) Deverá ser reconhecido pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou pelo valor patrimonial definido nos termos da doação.
- (E) Deverá ter seu valor acrescido de gastos relacionados à reforma e à manutenção.

78

O Imposto Sobre Serviços, conforme definido pela Lei Complementar nº 116/2003 incide, entre outros casos, sobre

- (A) as exportações de serviços para o exterior do país.
- (B) a prestação de serviços por trabalhadores avulsos.
- (C) a prestação de serviços por integrantes de conselho fiscal de fundações.
- (D) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- (E) a intermediação de bens móveis e imóveis.

79

Com relação ao cálculo do imposto sobre a renda de uma instituição financeira, assinale a opção que indica despesas não dedutíveis.

- (A) Despesas de câmbio
- (B) Despesas de aluguel da sede
- (C) Despesas incorridas na captação de recursos de terceiros
- (D) Despesas de cessão de créditos
- (E) Perdas com aplicações financeiras de renda fixa

80

Uma entidade obteve lucro contábil de R\$ 1.000.000 em 2013. Entre as despesas incorridas estão:

- despesas com brindes: R\$ 100.000,00;
- despesa com aluguel do prédio: R\$ 80.000,00;
- despesas com alimentação dos sócios: R\$ 50.000;
- provisão para o 13º: R\$ 40.000,00;
- provisão para férias: R\$ 30.000,00;
- provisão para contingências: R\$ 200.000,00.

Considerando apenas os fatos acima, a base para tributação do imposto sobre a renda foi, em 2013, de

- (A) R\$ 1.350.000,00.
- (B) R\$ 1.270.000,00.
- (C) R\$ 1.230.000,00.
- (D) R\$ 1.200.000,00.
- (E) R\$ 1.150.000,00.

Realização

 **FGV PROJETOS**